



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Teoria da modernização, desenvolvimentismo e marginalidade na história da sociologia rural

Lucas Trindade da Silva¹

Resumo

O presente artigo pretende refletir sobre a influência da teoria da modernização e do desenvolvimentismo na sociologia rural hegemônica até a década de 1970. Tentarei demonstrar como tal lógica de pensamento e prática foi crucial para a definição da função e do objeto da sociologia rural na sua fase difusionista. Função de caráter predominantemente técnico, onde aquele que explica se confunde com aquele que instrumentaliza, e definição do objeto em termos de marginalidade residual – atraso cultural, valorativo – incoerente com os padrões gerais de ação de uma sociedade moderna. O surgimento de uma nova sociologia rural dá-se junto à explicitação real das contradições inerentes ao interesse instrumental da teoria da modernização, porém, a mesma lógica de abordagem continua a permear explicações e intervenções relativas à questão agrária. É por esta persistência substantiva do caráter tecnicista dos projetos de desenvolvimento que a crítica ao desenvolvimentismo-marginalizante deve manter-se como tarefa central da sociologia rural.

Palavras-chave: desenvolvimentismo, marginalidade, sociologia rural.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: lucastrindadedasilva@yahoo.com.br

Abstract:

This article aims to reflect on the influence of modernization and development theory in hegemonic rural sociology until the decade of 70s. I will try to demonstrate how such logic of thinking and practice was crucial for the definition of the function and the object of rural sociology in its diffusionist phase. Function of predominantly technical character, where the one who explains confuses it-self with the one who instrumentalizes, and definition of the object in terms of residual marginality –cultural and value delay – incoherent with the action standards of modern society. The advent of a new rural sociology come along with a real explicitation of the inherent contradictions of the instrumental interest of modernization theory, however, the same logical approach continues to permeate explanations and interventions related to agrarian question. It is because of this substantive persistence of the technician character of development projects that the critique of developmentalism-marginalizing must remain as a central task of rural sociology.

Keywords: *Developmentalism, marginality, rural sociology.*

I. Introdução

“É molambo porque nasceu molambo” (São Bernardo)

Desde 2011 um conjunto de países localizados no Sahel africano vem sofrendo uma profunda escassez de alimentos, colocando em risco a vida de mais de 10 milhões de pessoas. Como resposta a tal situação calamitosa, o Banco Mundial propôs em relatório as seguintes “estratégias de superação” para os países e famílias afetados pela fome: formas de “ajuste no consumo (comer alimentos mais baratos e reduzir o tamanho e a frequência das comidas)”, “condutas de normalização do consumo (pedir dinheiro emprestado, comprar alimentos a crédito, vender ativos e procurar mais emprego)” e a caridade internacional “através da ajuda alimentar” (BOIX, 2012, artigo eletrônico sem numeração de página).

Para quem tem em vista unicamente tais “estratégias de superação”, poderia parecer que as causas da fome de milhões de africanos estariam nos “exageros” e “luxos” alimentícios (nos excessos sem pensar nas possíveis situações críticas) e na “preguiça” de pais e mães de família em pedir dinheiro emprestado, comprar a crédito ou procurar emprego. Tal fábula que acaba por responsabilizar as próprias famílias por sua situa-

ção passa longe das verdadeiras causas que fazem milhões de indivíduos passarem fome.

De fato, estiagens e más colheitas não deixam de existir, no entanto, para países em sua maioria importadores de cereais, uma alta global drástica dos preços de alimentos devido à superespeculação financeira que se aproveita da menor oferta de cereais se coloca como causa central da situação de fome vivida por “residentes urbanos..., pequenos camponeses, pescadores, pastores e trabalhadores agrícolas que não produzem alimento suficiente para cobrir suas necessidades. Os mais pobres dentre estes destinam mais de 70-75% da sua renda na compra de alimentos” (FAO, 2011).

Neste momento importa atentar para o discurso do Banco Mundial que, no interesse explícito de ocultar as verdadeiras causas da situação, elimina qualquer debate estrutural em termos de mercado global, divisão internacional do trabalho e regulação financeira, para focar em soluções puramente subjetivas que em sua superficialidade acabam por culpar as próprias vítimas, os próprios esfomeados.

Tal procedimento discursivo na forma de tratar sujeitos em situação de marginalidade (e neste caso marginalidade significa estar fora ou precariamente incluído na distribuição social dos bens e serviços socialmente produzidos) não é atributo exclusivo das grandes agências financeiras. A atribuição de fenômenos de ordem estrutural a fatores subjetivos dominou por um longo período a teoria e a prática da sociologia rural e os grandes projetos que propunham soluções para a questão agrária.

Neste texto, pretendo discutir como a teoria da modernização, fundada numa dicotomia inflexível entre o moderno e o tradicional, foi o pano de fundo para uma determinada forma de conceber o objeto e a função da sociologia rural (assim como para a sociologia do desenvolvimento e a sociologia urbana) até pelo menos a década de 70 do século passado. É, portanto, uma autocrítica em relação à teoria da modernização e suas derivações práticas que permite a emergência de uma nova sociologia rural essencialmente crítica, projeto que continua sendo de extrema relevância na abordagem dos problemas colocados pelo contraditório cenário que nos envolve: intensificação e expansão da acumulação nacional de capital no interior de uma crise global do capitalismo.

I. Por uma definição geral da teoria da modernização

Um dos interesses centrais do que chamamos teoria da modernização, em grande medida baseada numa concepção funcionalista da dinâmica social, era o de entender a persistência do “arcaico”, do “tradicional”, diante do processo extensivo e intensivo de desenvolvimento tecnológico (avanço constante das forças produtivas), secularização das relações sociais (contrato, impessoalidade) e racionalização dos comportamentos individuais (calculabilidade da relação entre meios e fins). Tal entendimento possibilitaria a elaboração de programas práticos visando a eliminação (“integração”, “incorporação”) dos “obstáculos” ao processo de modernização.

Pressupõe-se uma definição dada de moderno (tecnologia, secularização, racionalização) para que seja possível estabelecer uma escala de “tempos históricos distintos” a diversas espacialidades mutuamente contemporâneas – “tendência a se utilizar de esquemas classificatórios rígidos para enquadrar grupos e classes sociais” (CAVALCANTI, 1993, p. 64). Tendo como “equivalente geral” para a comparação um *tipo* particular (que previsivelmente ganha concretude nos Estados Unidos da América), diferentes realidades históricas podem ser assim classificadas como “defasadas” ou “avançadas”. Diante do privilégio da “categoria analítica do *equilíbrio* entre as diversas partes constitutivas da sociedade” (KOWARICK, 1977, p. 44), a persistência do arcaico nas sociedades em processo de modernização seria um fator de desequilíbrio, disfuncional ou anômico, para usar os termos de Durkheim (2002).

A explicação para a persistência do atraso é simples conclusão lógica de tais pressupostos: sendo todo elemento *contraditório* sistematicamente banido na formulação da teoria geral, a teoria da modernização não poderia atribuir a persistência do atraso ou mesmo a piora das condições de vida pré-industriais ao próprio processo de modernização, o arcaico persistiria por si mesmo, endogenamente.

O atraso seria externo, marginal à sociedade moderna, sendo sua marginalidade produto das suas próprias características, “constelação de normas, valores, tipos de conduta e aspirações não condizentes com as

formas organizativas e associativas próprias de uma sociedade complexa, diversificada e competitiva” (KOWARICK, 1997, p. 43). A falta de “participação passiva” (na distribuição dos bens e serviços sociais) e “ativa” (nas principais instituições políticas) seria reflexo da persistência de valores comunitários antitéticos ao padrão de funcionamento das sociedades modernas. Os grupos “defasados” teriam dificuldades culturais e psíquicas em assimilar o padrão urbano de existência – a ideia da intrínseca “resistência à mudança” das populações rurais (MARTINS, 2000).

A noção de progresso subjacente a tal sistematização teórica geral – que remete à dicotomia civilização X barbárie – é simplificada por Shanin (1997) no seguinte encadeamento de perguntas e respostas que levam “naturalmente” à justificação da ação motivada por tais conclusões: Como explicar a diversidade? Como “diferentes estágios de desenvolvimento de diferentes sociedades”. “O que é mudança social? O avanço necessário através das diferentes formas sociais que existiram”; “Qual é a tarefa da teoria social? Explicar a sequência de estágios no tempo”. O “*enlightened ruler*” deveria assim utilizar o conhecimento para acelerar o “avanço necessário, lutando contra forças regressivas que tentam parar” o mesmo (SHANIN, 1997, p. 67-8).

Diante de tais postulados fundados em análises de cunho psicossociológico, resta elaborar formas práticas de incorporar os segmentos arcaicos “à lógica estrutural vigente na sociedade” (KOWARICK, 1977, p. 44) através do desenvolvimento econômico e da promoção dos valores societários de racionalização e participação (o grau de incorporação seria um fator demonstrativo do grau de desenvolvimento da sociedade industrial).

Como afirma Kowarick (1977), ao trazer a problemática para a sua área de estudos, “partindo da oposição entre o campo e a cidade, a teoria da modernização transplanta esta dualidade estrutural para a defasagem cultural existente no próprio mundo urbano” (Ibid., p. 50). Os processos de favelização também determinados pela migração camponesa para as áreas urbanas seriam imediatamente explicáveis como produto de certa “cultura” ou “mentalidade” incapaz de assimilar os padrões valorativos e de conduta de sociedades complexas. É, portanto, uma determinada in-

terpretação da clássica oposição entre *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade), entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica (DURKHEIM, 2010), que fundamenta, partindo de um ponto de vista unilateral, a oposição entre o integrado e o marginal.

II. O desenvolvimentismo como prática da teoria da modernização: a sociologia rural como instrumento

Devido à importância da oposição rural X urbano na conformação desta concepção particular de desenvolvimento, a sociologia rural não pôde deixar de influenciar e ser influenciada por tal representação da dinâmica social.

Como escreve Buttel (2005), a sociologia rural norte-americana tem como marco de fundação o livro de Sorokin e Zimmerman publicado em 1929, *Principles of Rural-Urban Sociology*,

que em grande medida constituiu uma elaboração dos raciocínios de Ferdinand Tönnies no seu *Gemeinschaft und Gesellschaft* [...] A sociologia rural consistia essencialmente na sociologia das comunidades rurais. Desde os anos 1950 até meados dos 1970, prevaleceram as perspectivas sociopsicológicas (difusão de inovações e aplicação do raciocínio rural-urbano a microprocessos tais como as expectativas educativas e profissionais). Estas perspectivas sociopsicológicas inter-relacionadas proporcionaram, durante esta época, o fundamento teórico para um rápido giro para a investigação quantitativa (BUTTEL, 2005, p. 17, tradução livre).

Ao refletir sobre a passagem de uma sociologia rural empiricista fundada na dicotomia comunidade/sociedade para uma de enfoque funcionalista, Schneider (1997) situa como marco de ruptura *A Estrutura da Ação Social* (primeira edição americana de 1937) de Parsons. Tavares dos Santos dá relevo à “vinculação [da sociologia americana dos anos 1960] às tradições teórico-metodológicas funcionalistas” (SANTOS apud CAVALCANTI, 1993, p. 64).

Esta fase denominada *difusionista* da sociologia rural, a que mais interessa no momento, se orientava por uma ampliação e concentração nas

pesquisas de *survey* e por uma abordagem psicossocial/behaviorista: *diffusion/adoption research* (BUTTEL apud SCHNEIDER, 1997). O *interesse de controle do conhecimento* (HABERMAS, 1983) é bem exemplificado por esta sociologia rural emergente nos anos 1940-1950, por muitos considerada protótipo da teoria de médio alcance mertoniana ao articular a abordagem sociopsicológica e a “análise funcional” (SCHNEIDER, 1997, p. 233). O sociólogo ou socióloga, misto de cientista, assistente social e extensionista (*loc. cit.*), procura classificar e explicar as relações estímulo-resposta nos atores sociais rurais: o conhecimento é motivado pelo interesse de otimizar a difusão de inovações tecnológicas.

A tensão entre ciência e técnica se anula sob acordo de não mencionar o caráter contraditório da estrutura social subjacente ao desenvolvimento. Tanto *oser* como o *dever ser* tornam-se problemas para especialistas. A “vida social” torna-se um “problema técnico” (ESCOBAR, 1997, p. 91).

O agricultor e a agricultora dissecados nos *survey* motivam interesse científico por serem potenciais incorporadores (consumidores) de nova tecnologia (mercadoria). A utopia deste conhecimento é uma sociedade plenamente administrada e calculável diante da generalização de um tipo particular de ação racionalmente orientada por fins, onde a escolha dos meios leva em conta as condições materiais e normativas dadas.

O técnico torna-se central por servir de promotor de um dado padrão de ação individual socialmente requerido pelo próprio processo de modernização. Tudo se passa como se o técnico representasse interesses universais e a integração/incorporação fosse intrinsecamente positiva no sentido de progresso. A difusão de novas tecnologias e de novos padrões de conduta é obrigatória tanto para o “atraso” dentro do “moderno” como para o “atraso” dentro do “atraso”. A marginalidade interna (central) e externa (periférica) é meramente residual, sujeita a desaparecer com o bater das asas do *Angelus Novus*, da modernidade.

A fase “difusionista produtivista” (1964-1980) do extensionismo brasileiro (MACHADO, 2010), representada sobretudo por instituições oficiais de desenvolvimento do campo (EMBRATER, EMATER etc.), é um caso exemplar de uma concepção tecnocrática de desenvolvimento que enfatiza como instrumento necessário para a superação do subdesenvolvi-

mento a difusão do capital internacional e a mudança comportamental dos setores atrasados.

A *marginalização do camponês* operada por uma *rural sociology* que paradoxalmente busca promover o desaparecimento do seu próprio objeto é também a marginalização de um determinado saber e de uma determinada prática. O objeto científico da sociologia rural é o receptáculo concreto da difusão prática de tecnologia social (coisas e ações).

A revolução agrícola contemporânea (a partir dos anos 1950) e a revolução verde (a partir da década de 1960) são projetos de modernização do campo levados a cabo a nível global que compartilham da mesma *Weltanschauung*, marcada por uma “*concepção orgânica do social*” (MÉSZÁROS, 2008) que ganharia concretude através da ampliação e intensificação do processo civilizatório. Não há apenas a promoção de técnicas (motorização-mecanização, uso de fertilizantes, seleção dos grãos, produtos para animais e plantas, controle da água de irrigação, drenagem etc.), mas também de condutas apropriadas a esta tecnologia (MAZOYER & ROUDART, 2010). Para usarmos o conceito de Paulo Freire (1983), a relação entre os técnicos e os camponeses através das extensões rurais se dá de forma bancária, os primeiros sendo os detentores do conhecimento e os segundos os receptores. Regular era o simples transplante de técnicas experimentadas nos países centrais para realidades geograficamente, ambientalmente e socialmente diferenciadas.

A modernização do campo está, neste contexto, intrinsecamente ligada a uma concepção universalista de desenvolvimento onde os países “desenvolvidos”, devido ao capital material e humano, teriam um papel central de desencadeadores do processo de modernização.

Mesmo num contexto mais propriamente nacional, a relação entre sujeito e objeto, baseada no que podemos chamar de *ideologia da técnica*, não se diferencia essencialmente. Maria Isaura de Pereira Queiroz (2009), ao refletir no começo da década de 1960 sobre a situação disfuncional, de “degradação” social, do agricultor familiar brasileiro, do “sitiante” (proprietário, posseiro ou agregado), enfatiza como estratégia de “incorporação” destes segmentos à economia nacional não necessariamente a “divisão das grandes propriedades entre assalariados” – que marcava a tônica dos defensores da reforma agrária no período. Para a autora, a

alternativa correta seria, junto à salvaguarda dos “direitos de quem ocupou uma terra abandonada e deserta, nela trabalhando e plantando” (Ibid., p. 67), a criação de programas de financiamento e de instrução de modo que o sitiante passasse a exercitar “em sua vida cotidiana as qualidades requeridas pela complexidade da economia de mercado”, posto que “as condições do trabalho, na agricultura de subsistência, não levam ao fomento de uma organização racionalizada, imprescindível na economia moderna, porque não desenvolvem as qualidades de reflexão necessárias” (Ibid., p. 68). Trata-se, assim, de uma questão não exclusivamente de recursos, mas de mudança de “mentalidade”. A diferença na reflexão de Queiroz está na promoção desta nova mentalidade não através de líderes externos, mas de líderes naturais da comunidade (Ibid.).

Como Martins (2000) retrata precisamente, nesse período fazia-se da sociologia um instrumento de desencantamento do mundo (e desencantamento diz respeito à supressão de toda magia sob o primado da racionalidade técnica)

mais uma sociologia das perturbações do agrícola pelo rural do que uma sociologia de um modo de ser e de um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico [...], o mundo rural tornou-se objeto de estudo e de interesse dos sociólogos rurais pelo “lado negativo”, por aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade. Não por aquilo que as populações rurais eram e, sim, por aquilo que os sociólogos gostariam que elas fossem (MARTINS, 2000, p. 2).

É pertinente observar o caráter paradoxal do processo de racionalização-desencantamento. Ao mesmo tempo que, de fato, a relação entre o ser humano e o mundo progressivamente substitui o mito e a magia pela ciência e pela técnica, permanecem elementos sincrônicos no processo: o direcionamento social dos avanços científicos e tecnológicos para a *valorização* do capital em detrimento de interesses efetivamente humanos faz com que, para a maior parte da população mundial, a ciência e a técnica sejam tão transcendentais e alheias ao seu controle racional quanto os espíritos e as técnicas manipuladas pelo Xamã. Por outro lado, no desenvolvimentismo como ideologia da técnica persiste um forte

elemento de crença e de fé na redenção prometida pelo progresso técnico-científico.

III. Mudança paradigmática: o outro lado da modernização

A superação do paradigma da teoria da modernização dá-se por questões principalmente substantivas e não meramente teóricas (CAVALCANTI, 1993; SHANIN, 1997). A ação sobre o rural – que se mostrava como o campo de experimentação demonstrativa ideal dos benefícios trazidos pela modernização – e as suas consequências desempenham aí um papel fundamental.

A revolução agrícola não foi realizada de forma universal, privilegiando principalmente os grandes empreendimentos agrícolas que alcançaram níveis altíssimos de produtividade. A revolução verde – e a distribuição desigual das novas tecnologias – não promoveu para os seus beneficiados condições de concorrência com os grandes produtores de alimentos. Os preços baixos alcançados por estes resultaram em uma maior monopolização acompanhada da precarização e falência de vastos segmentos, sobretudo pequenos e médios produtores (MAZOYER & ROUDART, 2010)².

Quando sentidos os efeitos da modernização do campo, os próprios sociólogos norte-americanos levantaram o questionamento: “Se ou como as mudanças tecnológicas estavam marginalizando os *family farmers* nos Estados Unidos?” (CAVALCANTI, 1993, p. 65).

Outro exemplo que escancara as consequências contraditórias do pretense universalismo da teoria tecnocrática da modernização é o “deslocamento da fronteira econômica da região amazônica” que, para Martins (2010), revela

² Para termos uma ideia do crescimento da desigualdade, enquanto no período entreguerras um agricultor com maquinaria produzia 10 vezes mais do que um produtor que usava unicamente ferramentas manuais, no final do século XX o primeiro (com uma maquinaria muito mais desenvolvida) passou a produzir 2.000 vezes mais que o segundo (MAZOYER & ROUDART, 2010).

uma das grandes falácias da sociologia rural, a da função emancipadora da modernização técnica e econômica. As grandes empresas recorreram ao trabalho escravo, à peonagem, à escravidão por dívida, para efetivar a implantação de megaprojetos agropecuários. Invariavelmente usando pistoleiros para torturar, perseguir, violentar e matar os que tentavam fugir (MARTINS, 2010, p.3).

De fato, a “eliminação” do “arcaico” muitas vezes não se deu através da “incorporação”, mas da fome e do homicídio.

Torna-se assim mais clara a compreensão das tendências seguidas pela sociologia rural na sua etapa autocrítica a partir principalmente da década de 1970 (BUTTEL, 2005). Por um lado, foi recuperado o legado marxista visando a recolocação do problema da marginalidade no campo – indivíduos e grupos “precariedade incluídos na sociedade” (MARTINS, 1997) – não mais em termos do que podemos chamar de marginalidade residual (existente pela ausência de desenvolvimento), mas de marginalidade estrutural (tratando a relação necessária entre desenvolvimento e desigualdade no âmbito da modernização capitalista). Estudos sobre assalariamento, exploração, precarização e conflitos no campo ganham destaque.

Por outro lado, há uma intensa releitura dos trabalhos de Chayanov (1974) buscando entender a particularidade das subjetividades que integram o objeto da sociologia rural: as diferentes formas de configuração relacional da unidade econômica familiar. Chayanov (1974), ao investigar as regularidades da unidade familiar campesina russa, lança um frutífero contrapeso à tendência marxista de tomar o trabalhador rural não pelo que é, mas pelo que deixa de ser nos processos de proletarianização. Conceitualmente, Chayanov (Ibid., p. 65-6), ao introduzir, por exemplo, o conceito de “densidade demográfica”, abre caminho para uma análise do sujeito camponês não somente como um elemento passivo à força inexorável da “diferenciação social”, chamando atenção para as regularidades próprias de crescimento/decrescimento da família camponesa, da sua propriedade e produção. Dinâmica em grande medida determinada pelas necessidades básicas de consumo da unidade familiar

campesina, o que define o importante conceito de “autoexploração da força de trabalho” (Ibid., p. 84).

A ideologia da técnica – como fim – é paulatinamente superada por uma abordagem da técnica interessada tanto nas suas condições sociais de emergência como de instrumentalização – como meio (PRADO JR., 1979).

A reprodução da estrutura produtiva camponesa deixa de ser percebida como “persistência” do atraso pela importância multifuncional da atividade da agricultura familiar, pela capacidade organizativa dos próprios sujeitos que compõem o mundo rural e pela funcionalidade econômica e política da pequena propriedade na reprodução do modo de produção capitalista: nos países centrais, aliada ao desenvolvimento técnico (ABRAMOVAY, 1992); nos países periféricos, como fonte de superexploração do trabalho excedente (OLIVEIRA, 1981); no contexto de reestruturação produtiva e globalização, como campo de diferentes inter-relações entre o local e o global (SABOURIN, 2011; WILKINSON, 2008). Também passam a ser analisadas as diferenças étnicas que compõem o campo, a relação entre “gênero e agricultura” e “agricultura e meio ambiente” (CAVALCANTI, 1993).

Como não é interesse do texto um desdobramento detalhado das posições teóricas adotadas pela sociologia rural após a década de 1970, podemos passar para a conclusão dando relevo à atualidade efetiva das questões teóricas centrais enfatizadas nesta análise crítica do desenvolvimentismo da sociologia rural.

Conclusão: a atualidade e necessidade da crítica ao desenvolvimentismo

A discussão até este momento empreendida nos leva diretamente ao conceito clássico de ideologia no interior da tradição marxista.

Num contexto histórico e intelectual bastante definido, em polêmica com a tradição idealista neo-hegeliana, Marx e Engels (2007) buscaram a intelecção do processo de formação das ideias através da análise da base material e histórica de emergência dos sistemas filosóficos de pensamento (e assistematicamente generalizando para a religião, para a ideia

de Estado e o pensamento político em geral). Tais sistemas filosóficos analisados se apresentavam como sistemas universais e totalizantes de explicação do devir histórico, quando efetivamente se enraizavam em condições materiais particularizadas – a *intelligentsia* completamente apartada do trabalho manual numa Alemanha atrasada econômica, política e socialmente. Na ideologia era essa própria particularidade material que se apresentava conceitualmente como motor da história: a atividade do crítico. Tal idealismo do sujeito, alheio à luta de classes, era completamente compatível com o individualismo e o liberalismo “natural” da burguesia.

A dinâmica fundamental que aí nos interessa é o processo de conversão do particular, e definido historicamente, em universal-natural, que nos oferece uma chave crítica para entendermos o desenvolvimentismo da teoria da modernização.

Esta dinâmica entre realidade e pensamento é facilmente percebida no âmbito da teoria da modernização quando enfatizamos os pontos já mencionados acima: 1) o urbano e sua ação racional típica se apresentam como “modelos” superiores a serem promovidos e seguidos (há um monopólio da ideia de moderno); 2) o equilíbrio e a harmonia da ordem social se impõem como horizonte cognitivo de apreensão do mundo e ação no mundo (o conflito é apresentado como contingente e não intrínseco); 3) os sujeitos não integrados a esta universalidade se apresentam como resíduos, como processos paralelos e independentes do sistema predominante (conceito de marginalidade); 4) o técnico se apresenta como agente promotor das práticas e valores universais; 5) a universalização total se daria pela integração das particularidades independentes – as tensões aí surgidas seriam meramente transitórias e ocorreriam pela “resistência à mudança” irracional do particular em relação ao universal racional (reificação do objeto).

Num único conceito, a teoria da modernização, bem como a centralidade da ação racional referente a fins, fixada pelo funcionalismo parsoniano, sistematiza em visão de mundo o primado da racionalidade instrumental, formalizada e subjetiva: “a dominação da natureza envolve a dominação do homem” (HORKHEIMER, 2002, p. 98).

Exatamente porque toda a vida de hoje tende cada vez mais a ser submetida à racionalização e ao planejamento, também a vida de cada indivíduo, incluindo-se os seus impulsos mais ocultos, que outrora constituíam o seu domínio privado, deve agora levar em conta as exigências da racionalização e planejamento: a auto-preservação do indivíduo pressupõe o seu ajustamento às exigências de preservação do sistema. Ele não tem mais possibilidades de escapar do sistema. E na medida em que o processo de racionalização não é mais o resultado de forças anômicas do mercado, mas é decidido pela consciência de uma minoria planejadora, também a massa de sujeitos deve ajustar-se: o sujeito deve, por assim dizer, dedicar todas as suas energias para estar ‘dentro e a partir do movimento das coisas’ (HORKHEIMER, 2002, p. 100-1).

Sob a ótica exclusivamente instrumental de apreensão [para o controle] do mundo, a *questão social* passa a ser vista como problema de ordem exclusivamente técnica e não econômica, social e política. Horkheimer utiliza a imagem do maquinista que abandonou a locomotiva como representativa do triunfo da instrumentalização da razão na sociedade moderna, porém, como vimos nos processos concretos de modernização do campo e dos países “periféricos”, salta aos olhos *para quem* (sem cair num subjetivismo já que estamos falando de personificações de relações sociais) a razão serviu como instrumento: o grande capital internacional e os grandes latifundiários a partir da difusão desigual dos recursos técnicos e da conseqüente monopolização da produção.

A partir desta observação podemos entender a atualidade do debate. O conceito de racionalidade instrumental rompe com o idealismo quando definido como (ideo) lógica predominante de pensar e agir do modo de produção capitalista reproduzida e efetivada nas representações culturais (a indústria cultural), na ciência (o positivismo em suas diferentes configurações), na política (o ideário tecnocrático) e na economia (o utilitarismo). É pelo seu caráter substancial, ou seja, pelo seu enraizamento nas determinações mais profundas do sistema de metabolismo social dominante, que a sua crítica historicamente situada no âmbito do conhecimento científico-social – posto que o processo de autoesclarecimento não se limitou à sociologia rural, mas a uma gama abrangente de dis-

ciplinas das humanidades – não a faz “desaparecer” em suas diferentes formas práticas e representativas. Enquanto o desenvolvimento for fundamentado na concentração dos recursos e meios sociais de produção e reprodução da vida humana e na distribuição radicalmente desigual dos produtos do trabalho social, os fenômenos culturais, intelectuais e político-institucionais refletirão de forma mais ou menos direta esta tensão, seja numa postura positiva (no sentido arreflexivo em relação às tensões estruturais), seja negativa (crítica). Trata-se simplesmente de assumir as consequências da fundamentação histórico-social do conhecimento.

Não é possível, portanto, desenvolver conceitos e práticas como “economia solidária”, “comércio justo”, “reciprocidade”, “redes”, “local-global”, abstraindo das determinações profundas do modo de produção capitalista e da sua relação com a natureza e os trabalhadores e trabalhadoras do campo que, em última instância, são considerados como meras variáveis, ora parcialmente integradas, ora excluídas da equação do desenvolvimento.

A superação teórica do problema não significa a sua superação prática. No exemplo brasileiro contemporâneo, as iniciativas privadas (apoiadas pelo Estado) e oficiais de intervenção e modernização do campo se aproximam muito das questões aqui apresentadas quando analisamos a estreita relação entre a teoria da modernização e a sociologia rural até pelo menos a década de 1970. Por um lado, há uma retórica que busca conciliar a diversidade de classes e segmentos de classe sob o imperativo do desenvolvimento (“para o povo brasileiro”); por outro, há na prática um claro favorecimento da grande propriedade e do agronegócio (o que é nítido no caso da expansão do cultivo de cana-de-açúcar para a produção de álcool e na monetarização dos custos ambientais presente no novo código florestal) sem a ampliação, e até retração, das políticas de reforma agrária e redistribuição fundiária, junto à expulsão de pequenos produtores e comunidades tradicionais indígenas e quilombolas dos seus territórios, sujeitos que são ignorados no debate e elaboração de um projeto amplo e de fato inclusivo de desenvolvimento (evidente nos projetos de grandes usinas hidrelétricas como a de Belo Monte).

Como Martins (1995) já deixou suficientemente claro, a chamada acumulação primitiva do capital, definida por Marx (2009) ao observar os

processos de expropriação-concentração da terra tanto nas colônias inglesas como nos cercamentos internos à própria Inglaterra, é um mecanismo continuamente reativado – para além da produção “originária” do capital – em situações de extensão e intensificação do modo de produção capitalista, o que Harvey (2004, p. 117) chama de “ajustes espaçotemporais” do capital, necessários para evitar ou protelar crises de “sobreacumulação” de trabalho e capital. Assim, formas de trabalho como a *peonagem*, concebida normalmente como pré-capitalista, são incorporadas à reprodução ampliada do grande capital na criação de fazendas nas chamadas frentes pioneiras de trabalho, como o caso amazônico desde a década de 1970. A partir da observação dos mesmos processos de rapina (indiferentes à áurea liberal e legalista que o discurso empresarial busca preservar) amplamente apoiados pelos Estados-nacionais, seja no meio rural ou urbano, Harvey (2004) propõe o conceito de *acumulação por espoliação*³, processo amplamente observável na atual crise global do capitalismo (ver Harvey, 2011).

Mas os processos de *acumulação por espoliação* são casos extremos de marginalização, exclusão e mesmo eliminação dos sujeitos “atrasados” do campo, “incompatíveis” com a modernidade. A mesma lógica do desenvolvimentismo-marginalizante identificada na fase difusionista da extensão e da sociologia rural – orientada para a “incorporação” do trabalhador e da trabalhadora do campo através da difusão de cima para baixo de novas tecnologias e novos padrões de conduta – pode ser observada no recente projeto de lei nº 5.740-E de 2013 que visa criar a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER).

Como já explicita o art. 1º do PL, o “Serviço Social Autônomo” a ser prestado pela ANATER buscará “a elevação da produção, da produtividade e

³ “[...] a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade – comum, coletiva, estatal etc. – em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão das formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover estes processos” (Harvey, 2004, p. 109).

da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e de desenvolvimento sustentável no meio rural” (PL nº 5.740-E, 2013: 1). Tal objetivo seria alcançado, sobretudo pela “integração”, promovida pela ANATER, “do sistema de pesquisa agropecuária” (Embrapa) e do “sistema de assistência técnica e extensão rural” (ATER) “com vistas à inovação tecnológica e à apropriação de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica, ambiental e social” (*loc. cit.*).

O busílis é que tal PL, elaborado às pressas e já sancionado pela presidente Dilma Rousseff, corre na contramão de um longo processo, desde 2003, de “reconstrução” horizontal das ATER com a “efetiva participação de movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil” (Moção de repúdio..., 2013), dando lugar a um modelo centralizado de extensivismo rural, justificado por conferir “mais agilidade nas ações de extensão rural” (TIPA JÚNIOR, 2013, artigo eletrônico sem paginação). Diante disto, o terceiro ponto do projeto de lei referente às competências da ANATER— “apoiar a utilização de tecnologias sociais e os saberes tradicionais pelos produtores rurais” — torna-se uma mera formalidade.

Como explicita a “Moção de repúdio ao processo de criação e concepção da ANATER”, elaborada pelos participantes do III Encontro Internacional de Agroecologia em 2013:

A exposição de motivos que acompanha o referido PL não deixa dúvidas com relação à intenção do governo de reafirmar a perspectiva difusionista, ao atribuir centralidade do sistema de ATER à Embrapa, sob a alegação de que as tecnologias desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuário (SNPA) não são acessadas pelos agricultores (Moção de repúdio ao processo de criação e concepção da ANATER, 2013).

Ora, não encontramos aí novamente a exaltação do saber técnico em contraste com a carência de competências empreendedoras dos trabalhadores e trabalhadoras do campo? Mais uma vez há uma clara delimitação entre o integrado-integrador (ativo e racional) e o desintegrado a ser integrado (passivo e irracional), mais uma vez as tensões múltiplas envolvidas no processo são mascaradas por um discurso universalista.

Efetivamente, desenvolvimento e desigualdade continuam a serem polos de uma mesma unidade.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: Hucitec, 1992.

BOIX, Vicent. As “estratégias de superação” da fome, segundo o Banco Mundial. In: **Carta Maior**, maio de 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20088>

BUTTEL, Frederick H. Algunas reflexiones sobre la economía política agrária de fines del siglo XX. In: CAVALCANTI, Josefa Saleté B.; NEIMAN, Guillermo (comp.). **Acerca de la globalización em la agricultura**: territorios, empresas y desarrollo local em América Latina. Buenos Aires: CICCUS, 2005.

CAVALCANTI, Josefa. Teoria sociológica e agricultura: tendências e desafios. In: **Cadernos de Sociologia/ PPGS**. V.4, n. especial (1993). Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1993).

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Cap. 8. The making and unmaking of the third world through development. In: BAWTEE, Victoria; RAHNEMA, Majid (comp.). **The post development reader**. New Jersey: Zed Books: 1997.

FAO: “Guia para os países afetados pela alça dos preços alimentares”, Roma, 15 de janeiro de 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983,

HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e Interesse. In: BENJAMIN, W; HORKHEIMER, M. et al. **Textos escolhidos (Os Pensadores)**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. In: originalmente em *Socialist Register*, 2004. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf

_____. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MACHADO, Vitor. Questão agrária, conflitos sociais no campo e extensão rural: uma análise da realidade rural contemporânea. In: **Revista *Tékhnē&Lógos***, Botucatu, SP, v. 1, n. 3, junho, 2010.

MARTINS, José de Souza. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15/10/2000.

_____. **Exclusão e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, 6(1-2), pp. 1-25, 1995.

MARX, Karl. **O capital, livro I**, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2010.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOÇÃO de Repúdio ao Processo de Criação e Concepção da ANATER. Botucatu: _____ 2013. Acesso _____ em: _____

<http://eiabotucatu2013.blogspot.com.br/p/mocao-de-repudio-ao-processo-de.html>.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PRADO Jr., Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura de P. Uma categoria rural esquecida. In: CAVALCANTI; MALAGODI et al (orgs.) **Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas v.1**. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2009.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. Da sociologia rural à sociologia da agricultura. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.2, p.225-256, 1997.

SHANIN, Teodor. Cap. 6. The idea of progress. In: BAWTEE, Victoria; RAHNEMA, Majid (comp.). **The post development reader**. New Jersey: Zed Books: 1997.

TIPA JÚNIOR, Nelson. Governo quer ANATER funcionando em 2014. In: **Jornal do Comércio**, 25/11/2013. Acesso em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=140665>.

PL 5740/2013. Redação final disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=F3F6F4EAC2E0869BC7C23DDEBF90E135.node1?codteor=1147959&filename=REDACAO+FINAL+-+PL+5740/2013.

Wilkinson, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

Artigo recebido para publicação em:

09 de abril de 2013.

Artigo aceito para publicação em:

24 de dezembro de 2013.

Como citar este artigo:

SILVA, Lucas T. “Teoria da modernização, desenvolvimentismo e marginalidade na história da sociologia rural”. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. 2, p. 9-29, 2013.